



“Conexões Afropindorâmicas”: relatos de experiências, confluências e subversões

Marina Guimarães Vieira¹
Jade Alcântara Lôbo²

Resumo: O objetivo deste paper é refletir sobre duas experiências de contra-colonização do conhecimento na universidade, realizadas no âmbito de disciplinas regulares em 2018. Na primeira, “Textos de Autoria Afroindígena”, foram lidos exclusivamente textos de autores indígenas, afro-brasileiros e africanos, como João Paulo L. Barreto (Tukano), Antônio Bispo dos Santos e Wiredu Kwasi. As discussões foram mediadas por quatro monitores cotistas da UFBA (duas indígenas, um quilombola e uma negra). A segunda experiência é a disciplina “Conexões Afropindorâmicas”, que contou com financiamento via edital interno da UFBA, viabilizando a recepção de mestras(es) dos conhecimentos tradicionais. Serão apresentadas reflexões etnograficamente fundamentadas sobre as confluências experimentadas, a subversão de rituais, protocolos e espaços acadêmicos, as diferenças entre “saberes orgânicos” e “saberes sintéticos”, e a adoção, pelos participantes, do vocabulário de mestres como Antônio Bispo dos Santos.

Palavras-chave: Contra-colonização; Afroindígena; Relações Étnico-Raciais.

¹ Professora Adjunta do departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia na mesma instituição. Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG, mestrado e doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional / UFRJ. Desde 2002, realiza pesquisas etnográficas junto a povos indígenas e populações tradicionais, abordando temas como relações afro-indígenas, religião e educação para as relações étnico-raciais.

² Mestranda em Antropologia na Universidade Federal da Bahia, graduada em Antropologia - Diversidade Cultural Latino-Americana pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2017). Possui experiência na área de Antropologia das Populações Afro-Brasileiras. Integrante do Núcleo de Estudos Afro Latino Americanos - NEALA. Associada à ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Trabalha com os seguintes temas: Relações Étnico-Raciais, Política Internacional, Migração Haitiana, Antropologia Urbana, Antropologia Feminista, Maternidade, Mulheres Negras.

O projeto Conexões Afropindorâmicas faz parte de uma caminhada acadêmica, intelectual ativa, e contra-colonizadora (SANTOS2015) dos seus integrantes. Este projeto guarda-chuva possui o eixo afroindígena como sua base para compreender alteridades a partir do ponto de vista do outro de forma radical, reconhecendo suas epistemologias e como ser antropologizante e intelectual, valorizando seus saberes orgânicos (BISPO dos SANTOS 2015) e tornando estes como o centro de discussões.

Desde 2015, temos buscado trazer para a Universidade Federal da Bahia, discussões contundentes dentro da temática das relações afroindígenas e da educação para as relações étnico-raciais, através do diálogo com a pró-reitoria de graduação e da criação de novas disciplinas, que passaram a integrar a matriz curricular do curso de ciências sociais. Em março de 2017, o seminário *Relações Afroindígenas na Bahia e Alhures: cosmopolíticas em contato*, organizado pelas professoras Marina Vieira e Miriam Rabelo, proporcionou ao grande público estudantil um intenso contato com o tema, abordado de forma teórica, o que logo os instigou. Assim, em 2018, propus uma disciplina optativa, *Textos de autoria afroindígena*, que reuniu mais de 40 estudantes das mais distintas áreas do saber. Frequentaram a disciplina estudantes de Direito, Farmácia, História, Ciências Sociais, em nível de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), brasileiros e estrangeiros, um padre, religiosos de matriz africana, negros, indígenas e africanos. Esta pluralidade permitiu a emergência de distintos pontos de vista, conflitantes ou convergentes, uma rica discussão, estranhamentos e afetos. A emoção, lágrimas e discursos ferrosos se tornaram presentes de forma que todos os participantes se tornaram sujeitos ativos nesse pensar e compreender questões étnico-raciais.

Em *Textos de autoria afroindígena* a educação se tornou uma forma de liberdade (hook 2013) e um caminho possível para refletir lugares de fala (RIBEIRO 2018). A educação libertadora aqui presente desafiou a “educação bancária” na qual os estudantes têm seu papel reduzido a apenas consumir e memorizar as informações dadas pelos professores. Coube a docente responsável o papel de mediadora desta efervescência intelectual, e ao seus quatro monitores (duas estudantes indígenas, um estudante quilombola e estudante negra), o papel de auxiliá-la guiando a turma e compartilhando seus saberes orgânicos (BISPO dos SANTOS 2015). A proposta foi um experimento de pedagogia engajada onde os participantes foram ativos e vistos enquanto seres humanos integrais, com vidas e experiências complexas, e não como meros buscadores de pedaços de conhecimentos. Aos poucos estabeleceram-se contatos que foram além de discursos

sobre conhecimentos adquiridos. Construiu-se uma rede de compartilhamento de experiências e compreensões acerca do viver no mundo a partir de uma educação diversa multicultural reconhecendo a importância de experiências pessoais e trabalhando com a prática de ouvir e abrir o lugar de fala a todos (hooks 2013).

A temática afroindígena foi para os integrantes do projeto uma forma de repensar as relações sociais de forma intelectual e sensível, e de questionar o papel exercido pela academia no apagamento da violência colonial e na sua manutenção (TODD 2015). Percebendo que a academia “euro-ocidental posiciona pessoas que falam sobre povos indígenas em pé de igualdade ou acima daqueles que são indígenas” (TODD 2015) sentiu-se a necessidade de “contra-colonizar” (BISPO dos SANTOS, 2015 p. 20) este espaço, no sentido empregado por Antônio Bispo dos Santos, um “processo de encontros entre povos, raças e etnias em confronto direto no mesmo espaço físico geográfico”. O projeto tornou-se uma forma de atender a demanda do Ministério da Educação e Cultura (MEC) através das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, no ensino fundamental e no ensino médio. Estas leis foram um passo de suma importância na luta antirracista no Brasil, no processo de reconhecimento das identidades no país, e de sua diversidade étnica, garantindo direitos a população afrobrasileira e indígena. Todavia, estas leis ainda sofrem grandes entraves mediante a falta deste ensino na formação dos professores. Assim, o projeto *Conexões Afropindorâmicas* foi o primeiro contato de muitos atuais e futuros professores com esta importante temática.

A disciplina *Textos de autoria afroindígena* foi dividida em três blocos onde foram lidos exclusivamente textos de autores indígenas, afro-brasileiros e africanos, como João Paulo L. Barreto (Tukano), Antônio Bispo dos Santos e Wiredu Kwasi. Em cada aula, uma monitora representante do conhecimento a ser discutido apresentava os autores, alguns inclusive os conheciam pessoalmente. Esta foi uma forma rica de compreender a produção textual (acadêmica ou não) de autores afroindígenas através do ponto de vista de pessoas que compartilham o mesmo *locus social* (RIBEIRO 2018) ou *território existencial* (GOLDMAN 2003). Também tornou-se uma forma de conhecer melhor a trajetória da/o pensador/a em questão e do contexto em que estes estavam inseridos. Após a apresentação, por intermédio da discente, os estudantes foram incentivados a se pronunciarem sobre o texto lido, revelando seu conhecimento sobre a temática e os efeitos daquela leitura em si.

As primeiras reações, de forma geral, foram de estranhamento em relação ao tipo de escrita, principalmente daqueles textos que não eram acadêmicos e que não se propunham a ser, como no caso do livro *Colonização e Quilombos* de Antônio Bispo Santos (2015). Este pensador ativo quilombola estudou o ensino fundamental por incentivo da comunidade, é morador da zona rural e formado como lavrador por mestras e mestres de ofício. Seu livro foi o primeiro a ser discutido na disciplina, e dois estudantes quilombolas (um de graduação e uma de doutorado) foram convidados a guiar a aula junto à docente, o que foi extremamente rico para a compreensão do livro e reconhecimento de sua importância para essas comunidades. Desde de o início do livro, Bispo deixou claro que sua proposta não era a de apresentar um texto acadêmico. Contudo, é inegável a profundidade de sua obra, o tom sociológico e sua importante crítica à colonização. Estudantes brancos afirmaram que o autor estaria essencializado ao fazer comparações, e que possuiria uma visão ampla demais da História. Em contrapartida, outros estudantes, na maioria negros, apontaram o fato de que autores “clássicos” europeus realizaram o mesmo movimento essencializador quando pesquisaram estruturas do pensamento “nativo”. Ainda assim, Bispo continuou tendo sua legitimidade questionada por alguns estudantes, enquanto outros chamaram a atenção para a especificidade do ponto de partida do autor.

Mediante este conflito que se manifestou por mais de duas aulas, e perdendo-se de vista a análise do trabalho de Bispo - o que foi chamado por alguns estudantes de “disputa de narrativas” -, um estudante indígena não brasileiro se manifestou dizendo que não deveríamos nos ater “às nossas paixões” dentro da academia, qualificando certos discursos como “militância”. Os contra-argumentos foram na direção de que todos nós temos paixões, inclusive os autores brancos, o que não é reconhecido uma vez que a identidade branca é lida como universal. Infelizmente, nestas primeiras aulas os estudantes não se debruçaram a analisar e compreender o que de fato Santos (2015) apresentava. Neste momento os debates partiram muito mais dos incômodos de estudantes específicos com essa leitura. A falta de “rigor metodológico”, como foi apontado, de “cientificidade” clamou mais alto.

Aos poucos os estudantes começaram a questionar o porquê destas reações, principalmente quando perceberam que não questionavam da mesma forma a dissertação de João Paulo Lima Barreto Tukano (*Wai-Mahsã: peixes e humanos Um ensaio de Antropologia Indígena*), que está dentro dos moldes da academia. Barreto é filósofo e em seu

mestrado em antropologia dedicou-se a estudar a ciência dos brancos, especificamente o modo como vêem os peixes. Os primeiros comentários sobre este texto foram de uma estudante indígena Pataxó, que afirmou que “na verdade os índios sempre estudaram os brancos, isso só não estava nos relatos acadêmicos”. A partir deste ponto procuramos refletir em grupo se o conhecimento indígena é considerado ciência, e o papel que o antropólogo índio ou negro tem mediante outros estudiosos brancos, já que suas narrativas e trajetórias não são tão valorizadas quanto a dos brancos quando se colocam no papel do pesquisador. Um fato que foi ressaltado neste quesito é a postura deste antropólogo nativo. Barreto, é extremamente cauteloso procurando ser o mais honesto possível apresentando sua trajetória, limitações e sua mudança de ideias. A partir de *Wai-Mahsã: peixes e humanos*, também debatemos o que simboliza a academia e a antropologia; se há lugar para a uma etnografia “de dentro” na antropologia, se existe uma prática contra-colonizadora universitária ou somente uma reprodução de discursos que ainda oprime outras subjetividades.

Depois de dias de discussão, os estudantes constataram que o trabalho feito por Barreto (2013) é uma antropologia indígena válida como outra qualquer não somente por este ser indígena, mas por apresentar uma crítica fundamentada no seu exercício de antropologizar o outro, “a ciência dos brancos”, respondendo à classificações e epistemologias ocidentais. Sobre isto, foi levantado por um estudante Pataxó a correlação desta dissertação com o livro de Antônio Bispo, no sentido de que ambos estão problematizando narrativas impostas pelo colonizador e propondo novas epistemologias. Foi ressaltado que neste atual “embate de narrativas”, observamos autores afroindígenas entrando neste campo de disputa apresentando suas epistemologias. Esse posicionamento foi questionado por outro estudante branco que questionou se era “salutável” - em suas próprias palavras - um indígena fazer antropologia, pois de qualquer forma este estaria saindo de seu lugar “nativo”, perdendo a conexão com seu grupo de origem ao escrever academicamente. Em resposta, o estudante Pataxó, nos lembrou que, diferente do que ocorreu em relação ao livro de Bispo, questionado por “não ser acadêmico” Barreto (2013) estava sendo questionado por ser acadêmico, ou seja, os autores afroindígenas encontram-se sem saída, de todo modo suas epistemologias são questionadas mesmo por aqueles que buscam compreendê-las. Neste sentido, tornou-se nítida a dificuldade do grupo em discutir o conteúdo do texto proposto, assim como é realizado com outro trabalho acadêmico qualquer, sempre problematizando o autor. Vale relatar aqui que o

estudante branco refletiu, e posteriormente convidou o estudante Pataxó para escrever um comentário em seu livro de fotografias dos povos indígenas do nordeste brasileiro.

Terminando o primeiro bloco de textos indígenas, foi convidado para ministrar uma aula um Tata Nkisi brasileiro, doutorando em ciências sociais, e um Padre africano, filósofo de formação e estudante da disciplina. Este se tornou um momento importante para refletir religiões e religiosidades em África e no Brasil, tendo como base o artigo *As Religiões Africanas desde um ponto de Vista Filosófico*, de Wiredu Kwasi. O padre fez alguns apontamentos sobre intolerância e mistura de práticas religiosas em África, fazendo emergir uma importante discussão sobre “sincretismo”. Segundo ele, na África muitas pessoas se “convertem” mas não deixam suas práticas religiosas tradicionais. Debates então, se haveria alguma incoerência, ou se seria possível dizer que as pessoas estão praticando duas religiões, devido ao contexto em que esse fenômeno se situa. O padre então apontou que na comunidade Akam, a referida no texto, não se utiliza o termo tradicional e nem o termo religião mas algo que seria traduzível como “adorar” em um determinado lugar. Assim, refletiremos coletivamente sobre a possibilidade de se adorar em diferentes lugares, sejam templos ou paisagem naturais. Debates sobre como a categoria “tradicional”, assim como outras categorias da antropologia, devem ser compreendidas contextualmente. Também analisamos livremente o percurso das religiões de matriz africana no Brasil, e, provisoriamente, concluímos que há várias formas de resistir: sincretismos diversos, adoção de práticas e conceitos de outras religiões, usos nativos de conceitos correntes na academia.

De forma geral, os debates a partir da participação ativa de todos deu o tom de todas as aulas. A alegria de muitos estudantes em conhecer estes trabalhos se tornou notável através de seus sorrisos, relatórios da disciplina e até mesmo lágrimas. Relatos como de uma estudante negra sobre a importância e sua felicidade de trabalharmos a obra de Beatriz Nascimento em sala de aula foram frequentes. Choros a partir de leituras como a de *Olhos d'Água*, de Conceição Evaristo (2016), ao rememorar vivências, também se encontravam neste pensar, compreender e sentir questões afroindígenas. Em meio a diversidade de estilos textuais apresentados pelas autoras e autores lidos (teses, blogs, literatura etc.), pode-se perceber a construção a partir de um ponto de vista próprio, de um modo de compreender e experimentar o mundo compartilhado com outras pessoas de seu território existencial/locus social. Concluímos como grupo, a partir desta experiência libertadora de disciplina, que parte da exclusão que estes autores afroindígenas

sofrem no meio acadêmico faz parte do projeto político que nega a intelectualidade e a capacidade de produção de conhecimento de negras/os e indígenas. ‘Para nós (afroindígenas), é muito importante estar em todos os meios, ocupando todos os espaços, trazendo nossos pontos de vista e vivências para nossa escrita, o que não deve ser reduzido à “paixões” ou “militância”.

A partir dos apontamentos em sala de aula e dos relatórios dos estudantes tornou-se nítido que esta experiência tocou seus integrantes e que necessitou de uma continuidade. Assim, nasceu o projeto “Conexões Afropindorâmicas”, sendo o último termo inspirado pela leitura de Bispo, incorporando uma crítica “contra-colonizadora”. O projeto foi escrito pelo coletivo formado pela discente, estudantes monitores e orientandos de pós-graduação, e submetido ao edital interno de fomento da UFBA para Atividades Curriculares em Comunidade e Sociedade (ACCS), recebendo recursos para a recepção de mestras e mestres dos saberes tradicionais. A disciplina Conexões Afropindorâmicas se deu no segundo semestre de 2018 e está acontecendo no corrente semestre de 2019, contando com os recursos advindos do projeto aprovado nos dois últimos dois editais. Falaremos aqui sobre a experiência já concluída em 2018.

A disciplina foi ofertada através de eventos, geralmente abertos ao público, que contaram com a presença de mestres que ministravam aulas em vários formatos: oficinas, cursos, rodas de conversa, vivências. Os estudantes da disciplina Etnografia, sob responsabilidade da mesma docente, fizeram seus trabalhos de campo nos eventos da ACCS, e seus trabalhos avaliativos, chamados “exercícios etnográficos” (orais e escritos), baseados nestas experiências. Os estudantes matriculados na ACCS também produziram, como avaliação, seus relatórios de pesquisa etnográfica sobre os eventos/aulas. É com base nestes textos orais e escritos, produzidos pelos estudantes, que descreveremos os efeitos das visitas de mestres e mestras dos saberes tradicionais à academia.

A ACCS foi dividida em três módulos:

Saúde:

- Curso de dança negra com a professora Edileuza Santos
- Rodas de conversa com a mestra Maria Tupinambá, como atividade do Congresso da UFBA

Direitos: (realizado no âmbito e em parceria com o IX Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais)

- Curso direitos indígenas X direitos indigenistas com os advogados Eurico Baniwa e Dinaman Tuxá
- Curso de direitos orgânicos x direitos sintéticos com Antonio Bispo dos Santos-
Roda de conversa com Antonio Bispo dos Santos

Linguagens:

- Curso de Língua Maxakali com Totó, Rogério e Zezão Maxakali
- Vivência de cantos e danças do candomblé Angola no Terreiro Tumbansé sob direção do Tata Dkisi Ricardo Aragão

O que mais surpreendeu e conflitou os estudantes no curso de dança negra, foi o fato de que a professora Edileuza Santos não passou nenhuma coreografia. Buscou o tempo todo acordar as pessoas para a relação de seus corpos com os instrumentos percussivos, o ambiente e as pessoas que as rodeavam. Os neófitos foram instigados a aprender e criar a partir da convivência, da experimentação coletiva, da expressão pessoal e das relações estabelecidas. Várias reflexões sobre a epistemologia acadêmica, baseada no intelecto e na autoria individual foram suscitadas. Os estudantes aprenderam a aprender, e não apenas a acumular informações. E foi feita uma comparação com o modo de aprender etnográfico, a partir da experimentação com o outro, sem manuais ou coreografias a seguir. O “aprender a aprender”, junto da emergência de aspectos subjetivos que carregam diferentes histórias, foi entendido como a incorporação daquilo que Bispo chama saber orgânico. Observou uma possível confluência entre as leituras feitas na academia e as expressões corporais exteriorizadas, criadas e/ou experienciadas.

A fala fluida e forte de Dona Maria tupinambá uniu questões relacionadas à saúde, corporalidade e cosmologia, às inquietações políticas causadas pela então proximidade das eleições presidenciais. Isso fez com que os estudantes percebessem a compartimentação do conhecimento como algo próprio da epistemologia ocidental.

O curso ministrado pelos advogados Eurico Baniwa e Dinaman Tuxá mostrou a diferença entre a diversidade de sistemas de direito indígenas e a universalidade dos direitos previstos na constituição para os diversos povos indígenas no Brasil. Os (sistemas) de direitos indígenas foram entendidos como exemplos do que Bispo chama “direito orgânico”.

A postura de Bispo em relação à academia, negando o reconhecimento de seu trabalho através de qualquer forma de titulação, e afirmando que só sua comunidade pode

conferir tal reconhecimento, foi entendida por muitos estudantes como um ato subversivo (no bom sentido). Discussões acerca da validade do reconhecimento acadêmico afluíram, e foi reconhecida a existência de outros protocolos de validação do conhecimento.

A experiência com os mestres Maxakali causou o previsível estranhamento, devido ao fato de se expressarem em uma língua diferente do português, mas causou também um inusitado sentimento de identificação entre alguns estudantes. Estes ficaram surpresos com a aula de gramática ministrada por Rogério Maxakali, escrevendo o tempo todo no quadro, e com a constatação de que a língua maxakali pode expressar conceitos ocidentais e ser passível de uma tradução relativamente viável. Foi observado, no entanto, que esta tradução de conceitos ocidentais, como o de “direito”, carrega sempre uma crítica inerente aos mesmos.

A participação em uma festa de candomblé angola suscitou em alguns um sentimento de familiaridade, em outros um sentimento de desconforto por não saber como agir, mesmo sendo muito bem recebidos pelos anfitriões. Essa constatação suscitou a reflexão de alguns estudantes sobre o seu desconforto no ambiente acadêmico, a sensação de estar entrando num território alheio e de ser visto como potencial pesquisador, mas como potencial “nativo”.

Durante o IX Congresso de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, organizado pelos professores Julio Rocha e Ordep Serra, muitos TCCs de especialização em direitos humanos foram defendidos, tendo bancas compostas sempre por acadêmicos e um representante (acadêmico ou não) das comunidades tradicionais. Esta é certamente uma grande inovação institucional no âmbito acadêmico, vista pelos estudantes como processos de subversão à ordem estabelecida. O título deste trabalho é testemunha da absorção, por parte de discentes e docentes na academia, de vocabulários “de fora”, como ocorreu com aquele proposto por Antonio Bispo dos Santos. São estas subversões que têm propiciado as confluências experimentadas e descritas por nós.

Referências

BARRETO, João Paulo Lima et al. Wai-Mahsã: peixes e humanos. Um ensaio de Antropologia Indígena. 2013.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Pallas Editora, 2016.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Rev. Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, 2003. p. 446-476.

NASCIMENTO, Beatriz. 1985. “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra” **Afrodiaspora** N. 6-7.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília. INCTI, UnB, 2015.

TODD, Zoe. Uma interpelação feminista indígena à “Virada Ontológica”: “ontologia” é só outro nome para colonialismo. Blog GEAC, 2015.